

Guerra das Malvinas: uma análise da política externa Argentina à luz do realismo neoclássico

Malvinas war: an analysis of Argentina external policy in the light of neoclassical realism

Thayssa Carolinne Marques Wendling*

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar como o papel das variáveis domésticas da Argentina foram determinantes para sua política externa durante a Guerra das Malvinas. A teoria usada será a realista neoclássica, pois esta oferece uma visão mais específica acerca do contexto doméstico da Argentina, uma vez que esta teoria aborda os fatores internos dos Estados que afetam o âmbito externo. Diante disso, será possível perceber a relação existente entre o nível interno e externo na Argentina.

Palavras-Chave: Guerra das Malvinas. Argentina. Inglaterra. Realismo Neoclássico. Política Interna. Política Externa.

Abstract

This article aims to analyze how the role of the domestic variables of Argentina were determinant for its foreign policy during the Falklands War. The theory used will be the neoclassical realist, since this one offers a more specific vision about the domestic context of Argentina, since this theory approaches the internal factors of the states that affect the external scope. Given this, it will be possible to perceive the relationship between the internal and external level in Argentina.

Keywords: Malvinas War. Argentina. England. Neoclassical Realism. Internal Policy. Policy.

* Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: thay93@outlook.com.br

Introdução

O presente artigo propõe analisar a importância das variáveis domésticas para as tomadas de decisões dos governantes argentinos antes e durante a Guerra das Malvinas, conflito que aconteceu entre Argentina e Grã-Bretanha no ano de 1982.

No ano de 1976, a Argentina sofreu um golpe militar que derubou o governo peronista e instituiu a ditadura no país. Em 1982, Galtieri vê na invasão às Ilhas Malvinas uma possibilidade de preservação da ditadura, além do próprio prestígio e credibilidade diante o cenário internacional, iniciando o conflito com a Inglaterra.

Desta forma, para analisar as decisões tomadas durante este período, o artigo será subdividido em três partes, onde na primeira o realismo neoclássico será abordado, para explicar o processo de formação da política externa do governo argentino. A segunda subdivisão será voltada para a história do descobrimento do arquipélago, bem como o golpe militar de 1976, a ditadura argentina, e um breve histórico da Guerra das Malvinas. Por fim, será apresentada a análise proposta neste artigo.

O realismo neoclássico

O realismo neoclássico é uma das teorias usadas para explicar a política no sistema internacional, e as interações entre os Estados, analisando as variáveis internas e externas destas. De acordo com Rose, as “opções de política externa são feitas por líderes políticos reais e elites, e por isso é a sua percepção de poder relativo que importa não simplesmente quantidades relativas de recursos físicos e força”¹ (ROSE, 1998, p 147, tradução nossa). Porém, esses líderes nem sempre possuem total acesso ao poder material para usufruir como bem entendem, por isso, as políticas externas dos países em curto e médio prazo, às vezes não conseguem seguir as tendências do poder material (ROSE, 1998). Este poder relativo do Estado é visto como uma variável independente. Mas, como as questões internas influenciam em tal poder, e também nas ações do Estado no sistema internacional, a variável interveniente, nesse caso, é o tomador de decisão, já que este tende a ter percepções que irão influenciar tanto na política externa quanto na interna. Além

1. “Foreign policy choices are made by actual political leaders and elites, and so it is their perceptions of relative power that matter, not simply relative quantities of physical resources or forces in being”. (ROSE, 1998, p 147)

disso, este indivíduo também possui melhor conhecimento sobre o nível de poder de seu país, e assim, pode mensurar como suas ações impactarão os outros agentes (VERANO, 2014).

Outro fator que deve ser levado em consideração neste caso é a população do país, uma vez que esta influencia diretamente na disposição de recursos naturais, o que nos leva a comparar tanto a força quanto a estrutura de um Estado à sua população (ROSE, 1998). Segundo Rose (1998), “pressões sistêmicas e incentivos podem moldar os contornos gerais e a direção da política externa sem serem fortes ou suficientemente precisas para determinar os detalhes específicos do comportamento do Estado”². É de extrema importância analisar como as pressões sistêmicas são entendidas pelos governos, já que os líderes de Estado podem ser influenciados tanto pelo âmbito internacional quanto pelo doméstico. (ROSE, 1998, p 147).

O âmbito doméstico, em algumas vezes, pode influenciar mais nas ações dos atores do que o âmbito internacional, e os custos para se chegar a um equilíbrio no sistema internacional e os prováveis riscos políticos podem ser muito elevados (SCHWELLER, 2004). Tais fatores podem ser considerados estratégias do Estado que explicam como as causas estruturais interagem com as causas unitárias produzindo assim, resultados no nível sistêmico. Além disso, através da combinação de quatro variáveis determinadas por Schweller (2004), torna-se possível medir a coerência de um Estado. As variáveis são: vulnerabilidade de um regime ou governo, coesão da elite, consenso da elite e coesão social (SCHWELLER, 2004).

De acordo com Juneau (2009),

o Realismo neoclássico propõe uma cadeia causal clara, com três passos: a variável independente (posição relativa do país na distribuição internacional de poder); a variável interveniente (“correia de transmissão” de nível doméstico, mediante a qual as pressões sistêmicas são filtradas); e a variável dependente, ou o resultado da política externa. A variável independente é a posição relativa do Estado no sistema internacional, como é com o realismo estrutural. Realistas neoclássicos, no entanto, estão à esquerda esperando pela assunção dos Estados como atores unitários, em que as pres-

2. “Systemic pressures and incentives may shape the broad contours and general direction of foreign policy without being strong or precise enough to determine the specific details of state behavior”. (ROSE, 1998, p 147).

sões sistêmicas são os principais determinantes dos resultados (JUNEAU, 2009, p 5, tradução nossa).³

Além disso, o nacionalismo pode representar perigo em um determinado Estado, já que o sentimento nacionalista por parte da população pode atrapalhar na percepção do nível estrutural e produzir pressões nas tomadas de decisão dos governantes. (RATHBUN, 2008).

As instituições nacionais também representam grande relevância para os neoclássicos, e a mais importante com relação ao poder do Estado são as instituições político militares, considerando que, “arranjos institucionais afetam a capacidade dos tomadores de decisão centrais para extrair ou mobilizar recursos da sociedade doméstica”⁴ (TALIAFERRO, 2007, p. 155, tradução nossa).

A partir daí, é possível perceber que o nível doméstico filtra as pressões da estrutura, ou seja, do nível sistêmico, o que pode ocasionar em ganhos, caso esta leitura seja feita de forma correta, ou em perdas, caso seja feita de forma equivocada ou até mesmo precipitada. Por isso, os neoclássicos afirmam que as respostas de política externa de um país podem ser motivadas mais pelo ambiente doméstico do que pelo nível sistêmico (SCHWELLER, 2004).

As Ilhas Malvinas, o golpe militar e o conflito

O arquipélago das Ilhas Malvinas, conhecido pelos britânicos como Falklands Islands, está localizado no Atlântico Sul, e é composto por aproximadamente 800 ilhas, sendo duas principais: Geórgia do Sul e Sandwich do Sul. As ilhas estão a cerca de 600 quilômetros da Argentina, e em torno de 12.800 quilômetros do Reino Unido (CASAS, 2010).

Existem duas versões mais conhecidas sobre o descobrimento. A primeira afirma que as ilhas foram avistadas em 1520 pelo espanhol Fernão de Magalhães. A segunda versão trata-se de que

3. “Neoclassical realism proposes a clear causal chain, with three ‘steps’: the independent variable (the country’s relative position in the international distribution of power), the intervening variable (the domestic-level ‘transmission belt’, through which systemic pressures are filtered), and the dependent variable, or the foreign policy outcome. The independent variable is the state’s relative position in the international system, as it is with structural realism. Neoclassical realists, however, are left wanting by the assumption that states are unitary actors, whereby systemic pressures are the principal determinants of outcomes”. (JUNEAU, 2009, p 5)

4. “Institutional arrangements affect the ability of central decision-makers to extract or mobilize resources from domestic society”. (TALIAFERRO, 2007, p. 155)

em 1592 o inglês John Davis descobriu as ilhas durante sua expedição, ou seja, são versões que favorecem argentinos e ingleses (VALÉRIO et al, 2013). O primeiro desembarque nas ilhas é datado de 27 de janeiro de 1690, após a chegada de John Strong, capitão inglês, que batizou de “Canal de Falkland” o canal entre as duas ilhas principais, e, mais tarde, o nome passou a ser usado para se referir a estas duas ilhas (FALKLANDS, 2016). Quanto ao nome usado pelos argentinos, em uma de suas diversas expedições ao arquipélago, os navegantes franceses renomearam as ilhas como *Iles Malounies* para homenagear o Porto de Saint Malo na França. Por isso o nome Malvinas para os argentinos (VALÉRIO et al, 2013).

Mais tarde, a Espanha reivindicou sua soberania, negando-se a aceitar a ocupação francesa, afirmando que as ilhas pertenciam à Espanha conforme a plataforma continental americana⁵. Um ano depois, a Espanha, após algumas negociações, consegue comprar a parte do arquipélago que pertencia aos franceses, e a base de Port Louis foi repassada para o Capitão Geral de Buenos Aires, assim, o nome da base foi alterado para Puerto de La Soledad (VALÉRIO et al, 2013).

A primeira reivindicação argentina junto a um órgão mundial foi durante o início do período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1946, e sete anos depois a Argentina deixa de reconhecer oficialmente o arquipélago como Falklands Islands (CÁNEPA, 2003). Diante de várias tentativas mal sucedidas, a Organização dos Estados Americanos (OEA) se mostrou favorável à Argentina na busca pela soberania das ilhas, mas, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o Reino Unido decretou uma Zona Econômica Exclusiva, ou seja, tornou “200 milhas ao redor das ilhas também propriedade da Grã-Bretanha, destacando também que as ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do sul estão inseridas sob o controle britânico no Atlântico Sul” (CAMARGO, 2014, p 74). No entanto, tal ação não foi considerada legítima pela legislação internacional, uma vez que, em uma área em disputa, não são permitidas atuações unilaterais (CAMARGO, 2014).

Na década de 1970, a economia da Argentina encontrava-se em crise, devido à alta inflação que acarretou na desvalorização do

5. Bulas *Inter Coetera* e *Dudum Siquidem*, outorgadas no ano de 1493 pelo Papa Alexandre VI no qual dava à Espanha a posse das terras americanas, árticas e antárticas, que estivessem localizadas a 100 léguas a oeste de Cabo Verde. Porém, isso mudou com o Tratado de Tordesilhas, em 1494, quando a demarcação passou a ser de 370 léguas.

peso, além da depreciação dos preços dos alimentos e da alta do petróleo em âmbito internacional (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 23). O governo estava sujeito, a qualquer momento, a interromper todos os pagamentos, uma vez que as reservas internacionais encontravam-se exauridas.

Enquanto isso, paralela à crise econômica, ocorria também uma crise política onde, registravam-se diversos assassinatos de cunho político e vários episódios de explosões de bombas contra indivíduos do governo peronista (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 24). Desta forma, em 24 de março de 1976, um golpe contra o governo instalou a ditadura militar na Argentina, regime chamado de Processo de Reorganização Nacional. Assim, a Junta Militar assumiu o controle do país, que passou a ser regido pelos comandantes das três armas: general Jorge Rafael Videla, almirante Emilio Eduardo Massera e pelo brigadeiro Orlando Ramón Agosti (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000).

O general Videla invadiu a Casa Rosada, sede do governo, e juntamente com outros militares prendeu a então presidente Maria Estela Martínez de Perón. A partir daí, sucederam-se diversas mortes, atos violentos e sequestros contra todos aqueles que se mostravam a favor do governo peronista (PASSOS, 1986). O novo governo possuía como objetivo reorganizar o país, modificando suas instituições políticas, e estruturas econômicas. De acordo com Escudé e Cisneros (2000),

entre os objetivos básicos se mencionavam a soberania política, a moral cristã, a tradição nacional, a dignidade de ser argentino, a segurança nacional, a erradicação da subversão e suas causas, e a inserção internacional do país no “mundo ocidental e cristão” (CISNEROS; ESCUDÉ, cap 68, 2000, tradução nossa).⁶

Entretanto, para conquistar a população, os generais se colocavam como sensatos e pacíficos, apesar de serem claramente inflexíveis. Estes rejeitavam qualquer indício de apoio ao governo peronista, com punições severas, mas diziam ser a favor da moralidade e do cumprimento as leis. Com o tempo, o número de pessoas desaparecidas aumentou consideravelmente, e aqueles que foram presos pelos militares eram mantidos sob ordem do Poder Executivo Nacional (NOVARO; PALERMO, 2007).

6. Entre los objetivos básicos se mencionaban la soberanía política, la moral cristiana, la tradición nacional, la dignidad de ser argentino, la seguridad nacional, la erradicación de la subversión y de sus causas, y la inserción internacional del país en el “mundo occidental cristiano”. (CISNEROS; ESCUDÉ, cap 68, 2000)

Os militares então deram início a seu governo, sem resistência por parte da população. Porém, as dificuldades se tornaram evidentes já nos primeiros meses. O esquema institucional era composto por uma concentração de poder nas mãos dos governantes, e marcado por certo desmembramento interno, tornando o poder Executivo inábil para algumas questões. A militarização no país tornou viável uma extrema separação entre as Forças Armadas e os atores sociais, situação nunca vista na história da Argentina, mesmo com intervenções anteriores (NOVARO; PALERMO, 2007).

Apesar das diversas tentativas de se mostrar um governo forte, a Junta Militar passou a enfrentar problemas internos, com o surgimento de suas facções dentro das Forças Armadas. O grupo chamado de *palomas* era chefiado pelo general Videla e pelo também general Roberto Eduardo Viola. Este grupo era mais liberal, e se mostrava favorável a negociações inacabadas com alguns países vizinhos. Por outro lado, a facção denominada *halcones*, e comandada pelo general Carlos Guillermo Suárez Mason e Luciano Benjamín Menéndez, era vista como autoritária, preferindo um Estado intervencionista e sendo totalmente contra à ideia de negociações na política externa do país (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000).

No início da ditadura a Junta Militar decidiu seguir por um caminho diplomático para tentar resolver a questão das Malvinas, e a Inglaterra optou pela mesma alternativa e “decidiram abrir o diálogo com uma agenda mais ampla que poderia incluir futuras negociações constitucionais”⁷ (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000, tradução nossa). Contudo, o governo argentino exigia a soberania das Ilhas, contrariando a vontade dos britânicos e dos cidadãos das Malvinas, o que dificultava o acordo entre as partes. Em 1976 o governo da Argentina expressou formalmente um pedido de transferência da soberania das Ilhas que fosse feita de forma progressiva, enquanto os britânicos propunham uma cooperação entre os dois países relacionada à pesca e exploração de hidrocarbonetos. A Grã-Bretanha procurava manter o controle da situação para não precisar recorrer a medidas mais drásticas e caras, como por exemplo, a construção de uma fortaleza nas Malvinas (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000).

Em 1981, uma equipe do Fundo Monetário Internacional⁸ (FMI) visitou o país para verificar sua situação econômica. Então,

7. [...] decidieron abrir el diálogo com una agenda más amplia que podría incluir futuras negociaciones constitucionales. (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000)

8. International Monetary Fund.

foi emitido um relatório que advertia o governo que se o crescimento monetário e o déficit fiscal não fossem controlados, a economia correria sérios riscos, alerta que foi reforçado pelo diretor geral do FMI alguns dias depois. Em janeiro de 1982, a equipe retornou à capital do país, e ficaram satisfeitos com as propostas de Alemann⁹, apesar de não confiarem na situação da ditadura, e se surpreenderam com a belicosidade contra os ingleses com o início do conflito (FMI, 2001).

O general Leopoldo Fortunato Galtieri chega à Presidência da Argentina em 22 de dezembro de 1981. É necessário salientar que a ascensão de Galtieri se deu a partir da relação deste com o governo norte-americano. Ao assumir a presidência, Galtieri prometia ser o papel principal na ligação da Argentina com as questões mundiais, colaborando com os Estados Unidos. Em troca da colaboração, “o general obtivera total apoio norte-americano para chegar à Presidência. Recebeu a promessa de uma forte injeção de investimentos para recompor a economia Argentina, especialmente na área energética” (CABRAL et al, 1983, p.110).

Segundo Cabral (1983),

de acordo com uma fonte próxima ao general Galtieri, a disputa das Malvinas foi um assunto detalhadamente tratado. A recuperação das ilhas, reivindicação histórica capaz de galvanizar a opinião pública, deve ter assumido para Galtieri a perigosa forma de “maçã da tentação”. Retomar as ilhas seria uma façanha que o tornaria realmente majestoso (CABRAL et al, 1983, p 110).

Desta forma, o governo argentino planejava a invasão às ilhas contando com os Estados Unidos como aliado (CABRAL et al, 1983). Os argentinos acreditavam que os ingleses não tinham muito interesse pelas ilhas, cuja manutenção era muito cara, e o governo militar não esperava que uma mulher demonstrasse belicosidade, no caso, Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido na época. Assim, deu-se início ao conflito no dia 2 de abril de 1982, quando três mil soldados argentinos chegaram às ilhas e dominaram, depois de alguma resistência, os homens do governo britânico que ali estavam, enquanto outros nove mil soldados argentinos tomavam os principais portos (VALÉRIO et al, 2013). Ao contrário do que pensavam os argentinos, o Reino Unido contra-atacou prontamente, e em 5 de abril a frota de três mil soldados parte em direção as Ilhas Malvinas. Pouco tempo depois, também

9. Roberto Teodoro Alemanna, Ministro da Economia.

contrariando a esperança do governo argentino, “os EUA assumem sua preferência, condena a invasão e disponibiliza para o Reino Unido sua base na Ilha Ascensão localizada a meio caminho das Ilhas Falklands” (VALÉRIO et al, 2013, p. 195). Caso Galtieri não retirasse suas tropas, o governo norte-americano aplicaria severas “sanções econômicas internacionais contra a Argentina e responderiam a qualquer demanda de material militar feita pelo Reino Unido” (VALÉRIO et al, 2013, p 195).

A intenção de Galtieri era conquistar a confiança da população argentina, e para isso, o governo explorou o sentimento nacionalista que é tão forte no país. Com o início da guerra, Galtieri passou a receber manifestações de apoio, e contando com “uma forte retórica e palavras de efeito, conseguia iniciar o processo de anestesiar, com o nacionalismo, com os brios nacionais, qualquer interferência em seus planos internos ou externos” (CABRAL et al, 1983, p. 69). Nesse caso, vale ressaltar que o grupo era composto por indivíduos que comemoravam junto aos militares, mas que anteriormente eram inimigos declarados da ditadura (CABRAL et al, 1983).

No que tange a parte militar do conflito, a Argentina produziu um plano estratégico e operacional sigiloso com duas ideias principais que de acordo com Marchese (2012), “a primeira delas era que a operação deveria ser conjunta, e a segunda, que deveria ser na medida do possível sem interferir no cotidiano dos habitantes das Ilhas” (MARCHESE, 2012, p 86). A primeira premissa refere-se à necessidade de união na ação das Forças Armadas, sem individualismo das três armas como vinha acontecendo.

O conflito chegou ao fim no dia 14 de junho de 1982, quando o general Menéndez ordenou a rendição de aproximadamente doze mil soldados argentinos. Com a vitória, Thatcher conquistou sua reeleição no Reino Unido, permanecendo no poder por mais oito anos, e Galtieri foi retirado de seu cargo, deteriorando a situação da ditadura, que não conseguia mais se manter, devido à falta de apoio nacional e internacional, além dos problemas internos (VALÉRIO et al, 2013).

Uma análise da política externa argentina à luz do realismo neoclássico

Segundo Onea (2012), uma importante estratégia de cunho político usada pelos Estados para aumentar sua autoridade sobre outros países é a expansão territorial. Outro ponto a ser analisado

é a utilização do poderio militar que pode não ser uma tentativa de expansão. A disputa pelo território das Ilhas Malvinas, como visto, vêm sendo travada desde o século XVI, e, mesmo com a pressão argentina, a Inglaterra nunca se desfez de seu domínio sobre as ilhas, o que pode ser entendido como uma estratégia do governo em manter sua presença no Atlântico Sul, assim, as duas partes não estavam dispostas a abdicar da posse legítima do arquipélago. Observando o conflito entre os dois países, é possível afirmar que a belicosidade foi, nesse caso, com objetivo expansionista pelas duas partes, uma vez que ambos visavam, principalmente, a soberania do arquipélago. Com a vitória, Galtieri almejava salvar o regime militar, na tentativa de fazer com que todos os problemas anteriores fossem esquecidos, e acima de tudo desejava reconquistar as ilhas para se consagrar com a população do país.

Rose (1998) afirma que as ações dos Estados são executadas de forma a sistematizar sua política externa e manter a sobrevivência no cenário internacional, já que a anarquia gera incertezas. Durante o governo peronista, a Argentina enfrentou um período de alta inflação e instabilidade nas áreas sociais e de segurança nacional, mas, após o golpe militar de 1976, mergulhou em um aprofundamento da crise econômica e política, que fez com que a Comunidade Europeia¹⁰ isolasse o país, proibindo todas as exportações dos países membros para a Argentina, deteriorando ainda mais a economia do país. É importante salientar que, de acordo com Neto (2006),

as sanções europeias, especialmente o embargo sobre a venda e a entrega de material bélico, afetaram consideravelmente a capacidade de combate da Argentina, pois a maior parte dos equipamentos das Forças Armadas argentinas era fornecida por empresas europeias (NETO, 2006, p. 135).

Além disso, o país violava os direitos humanos, afastando-se ainda mais dos membros da Comunidade Europeia. Levando em consideração que os governantes almejam cada vez mais influência externa para conseguir regular tal influência de acordo com os interesses do país, Galtieri, viu na invasão das Malvinas uma oportunidade de retomar as rédeas da ditadura. Além disso, quanto mais ambições determinado país possuir, maiores serão suas ações para alcança-las. Antes do conflito, o desejo de poder e notoriedade da Argentina eram excessivos, e Thatcher, necessitava se reeleger para

10. Na época a Comunidade Europeia era composta por: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido e Grécia.

dar continuidade em seu governo, o que torna possível entender parte das motivações internas das partes.

A competitividade interna, de acordo com Rose (1998), deve ser analisada já que o processo de socialização intervém na formação de grupos políticos nacionais. A ditadura obteve o apoio de alguns grupos políticos, o que ajudou a alavancar o regime, pois estes acreditavam que os militares reformulariam as questões econômicas e políticas, modificando o ambiente hostil do país. Videla, o primeiro presidente do governo militar em 1976, desde o início do golpe visava o apoio para a reforma que viria junto à ditadura. Desta forma, obteve o suporte de federalistas como Francisco Manrique¹¹ e democrata-progressistas como Alberto Natale¹². Além disso, o governo também recebeu apoio dos coordenadores que representavam o Movimento de Integração e Desenvolvimento (MID), por Leopoldo Bravo, senador de San Juan, além de outros políticos provinciais, inclusive alguns setores da direita peronista, do Partido Intransigente (PI) e do partido Democrata Cristão (DC). Apesar dos partidos políticos terem sido suspensos com a instalação da ditadura no país, aqueles políticos que representavam forças consideradas legais para os militares continuaram em seus cargos. Ademais, houve também os que apoiavam o regime esperando tirar proveito da situação, como a Força Federalista Popular (Fufepo) e o Partido Democrata Progressista (PDP). No caso da Inglaterra, as ações de Thatcher eram bem recebidas pela opinião pública britânica, e inclusive, contava com o apoio dos partidos da oposição. Ainda segundo o autor, a população tem grande peso nas decisões dos governantes, interferindo na estrutura do país, e Juneau (2009) reitera essa informação, afirmando que a população interfere diretamente no poderio do Estado, o que pode fazer com que este aumente ou diminua suas ações no sistema internacional. O golpe militar de 1976 foi executado de forma violenta, com mortes e desaparecimentos, criando um ambiente hostil para os argentinos. Os militares tentavam conquistar a população de várias maneiras, mostrando-se como um governo dúbio que perseguia e punia os opositores do governo enquanto prometiam um novo país baseado em disciplina e luta contra a violência. Na medida em que a real situação foi se tornando mais clara para os cidadãos, estes passaram a manifestar contra o governo, exigindo seu fim. Laraburu (2014)

11. Político, oficial naval e jornalista argentino.

12. Político e Delegado Municipal de Rosário durante a ditadura.

também afirma que governos democráticos necessitam do apoio da população e de partidos políticos para tomar decisões para que seu poderio político não seja abalado, o que se encaixa no caso da Inglaterra, que possuía um governo democrático, mas não da Argentina um país regido por uma ditadura militar.

A partir deste fato, é possível analisar a relevância que o nacionalismo possui política interna e externa, já que, conforme Rathbun (2008), o sentimento nacionalista pode dificultar na percepção do governante e pressioná-lo a tomar decisões que podem acabar sendo equivocadas. Como o nacionalismo é difícil de ser controlado, por se tratar de um sentimento individual, este pode ter a guerra como consequência, como no acontecimento argentino onde a população insatisfeita com o governo, pressionou os líderes a tomarem uma atitude que gerou o conflito. Nesse caso, é importante lembrar que o contra-ataque britânico foi feito com o apoio da população do país. O autor afirma que o governo precisa iludir os indivíduos, passando por cima de suas ideologias para angariar apoio no caso de confrontos inevitáveis. Isso pode ser claramente reconhecido na tentativa de Galtieri em cativar a confiança dos argentinos mascarando a real situação nas Malvinas, que era favorável para o lado britânico. A estratégia do Presidente surtiu efeito durante toda a guerra, abusando do sentimento nacionalista dos cidadãos que se deleitavam com a possibilidade de finalmente possuir o arquipélago desejado há tanto tempo, acreditando que venceriam a Inglaterra facilmente.

Para Schweller (2004), os Estados buscam alianças para manter sua sobrevivência no cenário internacional, e é comum que um determinado país constitua uma união com outro mais forte para tirar proveito do que essa situação pode oferecer. O governo militar recebeu praticamente nenhum apoio de seus vizinhos, ainda que estes também possuíssem presidentes ditadores em seu governo. Exemplo disso é o Chile que não cooperou devido aos desentendimentos com a Argentina anteriores, os quais se deram a partir do interesse dos dois países pelas ilhas do Canal de Beagle, que são estratégicas tanto para os dois Estados. O acordo sobre a delimitação do Canal foi assinado em 1811, porém este continha erros ortográficos que geraram diversas discussões acerca da soberania de certas áreas. Caso o Chile obtivesse a posse do Canal, a Argentina sairia em desvantagem, pois almejavam possuir o controle do mar entre o oceano Atlântico e Pacífico. Entretanto, o impasse foi decidido

através da arbitragem internacional, na qual a Rainha da Inglaterra fez a mediação, concluindo que o Chile teria a posse das ilhas, além do acesso a Ushuaia, no sul da Argentina. O governo argentino, não aceitou a decisão e no fim de 1978 fez uma tentativa de tomada do Canal, mas sem sucesso. Outras investidas foram evitadas graças à intervenção do Papa João Paulo II, que propôs a soberania das ilhas para o Chile, porém, sem o direito à área do oceano Atlântico. Contudo, novamente a Argentina não aceitou, mantendo uma relação instável com o Chile (TEIXEIRA; ANSELMO, 2011). Isso nos mostra que antes mesmo da Guerra das Malvinas o governo argentino já mostrava sua belicosidade, na tentativa de obter poder, manter sua própria segurança e se manter no cenário internacional a todo custo. Neto (2006) reitera essa informação, afirmando que “[...] nesse período, nota-se a Argentina como um país com disposição para recorrer às armas para resolver suas pendências com os outros países [...]” (NETO, 2006, p. 76). O Brasil se declarou neutro e contra o uso da força. Entretanto, de forma discreta, cooperou com os argentinos algumas vezes, como quando não autorizou que os ingleses usassem o território brasileiro como base. Outro problema para os militares durante a guerra foi o caso da França, que fornecia mísseis para a Argentina, mas ao decidir cooperar com a Inglaterra, passava todas as informações dos itens vendidos aos argentinos para os ingleses, possibilitando que estes interceptassem e desviassem os mísseis (CASAS, 2010).

Entretanto, o maior erro do governo argentino na guerra em questão foi contar com a ajuda estadunidense. A Argentina esperava o apoio dos Estados Unidos durante a guerra, levando em consideração a relação que mantinham anteriormente, essencial para a ascensão de Galtieri ao poder. Todavia, a situação foi totalmente contrária ao esperado, pois, os norte-americanos não só viraram as costas para o país latino-americano como também passaram a oferecer apoio à Grã-Bretanha com o fornecimento de armas e autorizando que o exército britânico tomasse como base a Ilha Ascensão, próxima as Malvinas. Aqui é preciso que recordemos que antes da invasão argentina às ilhas, o governo dos Estados Unidos se declarou neutro acerca da soberania do arquipélago.

Ademais, existem outras questões importantes a serem consideradas nesse caso. Primeiramente, tanto Argentina quanto Estados Unidos são membros do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), constituído em 1947, no qual deixava claro no

Artigo 3º que em caso de conflitos, os países americanos se comprometiam a auxiliar uns aos outros. Por essa razão, é possível perceber que Galtieri considerava o Tratado, mas as regras foram descumpridas pelos Estados Unidos. Porém, além disso, os Estados Unidos também é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que assim como o TIAR, determina a defesa coletiva em caso de ataques efetuados por quaisquer Estados externos à Organização. Sendo assim, os Estados Unidos alegaram apoiar a Inglaterra, pois o governo argentino deu início aos ataques. Contudo, pode-se notar que os norte-americanos agiram estrategicamente de forma a apoiar o lado mais forte do conflito temendo ser afetado futuramente. Entretanto, é necessário lembrar que a Inglaterra foi aliada dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, e por isso, Galtieri se equivocou ao pensar que a OEA seria mais significativa para os norte-americanos do que a OTAN.

Jeffrey Taliaferro (2007) afirma que as instituições nacionais desempenham um papel de grande importância em relação ao poderio do Estado, principalmente as instituições político-militares. As instituições tem a capacidade de afetar nas decisões dos governantes e fazem com que estes extraiam ou mobilizem recursos da população. Podemos perceber claramente a influência de instituições político-militares na Argentina durante a ditadura, uma vez que esta era controlada pelas Forças Armadas. A Junta Militar levou o país a uma crise político-econômica profunda, na tentativa de reformular as questões internas e externas do país de acordo com o Processo de Reorganização Nacional. Com a forte repressão contra a população, o governo foi perdendo o apoio dos argentinos, fato que contribuiu para a decisão de Galtieri em atacar as Malvinas visando principalmente manter a ditadura militar no país. Porém, as próprias Forças Armadas foram se desestabilizando com o tempo devido a conflitos internos e disputas entre si, como por exemplo, a competição por poder entre Exército e Marinha, a partir das duas facções, o que contribuiu para um governo ainda mais sensível e vulnerável. Tal fato mostra o quão desestabilizado encontrava-se o país, uma vez que as três forças eram, no momento, base de sustentação do governo.

Mas, no caso da Argentina, não só as instituições nacionais afetaram o país, mas também as instituições internacionais exerceram grande influência nas tomadas de decisões de Galtieri. A instituição que desempenhou a conduta mais significativa foi a

ONU, que acompanha o desenrolar das negociações desde o ano de 1960. Desde então a Organização seguiu de perto as tentativas de negociações buscando uma resolução de forma diplomática. Uma das Resoluções foi emitida durante o conflito, a qual exigia o cessar fogo, que foi ignorada. Outra importante instituição foi o FMI, que pressionou a Argentina a criar um planejamento econômico com o alerta de que o país correria riscos de colapso em sua economia caso a recomendação não fosse acatada. Segundo a própria instituição, após o golpe de 1976, “o elo argentino estava prestes a quebrar” (FMI, 2001, p. 327), com altas quedas na produção interna e uma inflação de 175% ao ano. Em 1978, houveram melhorias devido a algumas medidas tomadas pelo governo, como restringir gastos e reduzir as tarifas de importação, porém essas medidas não foram suficientes para estabilizar o país, e dois anos depois a economia voltou ao seu déficit anterior, com produção estagnada e investimento de capital cada vez menor, fazendo com que a Argentina se tornasse extremamente dependente de empréstimos de bancos internacionais (FMI, 2001). O Ministro da Economia de 1982 tomou decisões almejando alcançar tal melhoria, o que agradou a instituição. Porém, tal situação se transformou a partir do início do conflito, que foi visto como inesperado por parte do FMI. Além disso, durante a guerra os bancos estrangeiros mostravam-se resistentes a apoiar a Argentina em uma solução para a dívida externa, e em junho de 1982, após o fim do conflito, a dívida chegava a US\$ 2 bilhões, sem esperanças de retomar boas relações bancárias em curto prazo. Outro problema para o governo militar se deu a partir da intervenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que produziu um efeito negativo para os planos da ditadura, pois, após sua constatação de violação aos direitos humanos, a Comunidade Europeia passou a censurar todas as importações procedentes da Argentina. Contudo, o governo latino-americano recebeu o apoio da OEA, que era favorável à posse das ilhas pela Argentina, e também de parte dos países membros do TIAR, já que Estados Unidos, Colômbia, Chile e Trinidad-Tobago se abstiveram.

As instituições internacionais aqui podem ser analisadas como pressões sistêmicas que produzem impactos nos âmbitos interno e externo. Rose (1998) faz essa afirmação, alegando ainda que a anarquia é difícil de ser interpretada, pois os governantes possuem dificuldades em entender as ações dos Estados. Assim, Galtieri interpretou de forma equivocada o contexto estratégico do

sistema internacional ao se dispor a atacar o território britânico, pois não deu devida importância à proporção que este ato alcançaria. Além disso, o presidente não acreditava que as tropas inimigas se deslocariam por mais de doze mil quilômetros para proteger seu território. Portanto, de acordo com Juneau (2009), as pressões sistêmicas podem incentivar ou desencorajar as ações dos Estados e por isso os líderes devem ser interpretados para analisar a política de determinado país.

Por isso, podemos dizer que, segundo Schweller (2004), as preferências dos atores políticos e sociais influenciam diretamente nas tomadas de decisões. Entretanto, nesse caso, somente as preferências políticas foram levadas em consideração e Galtieri fez um cálculo de custos e riscos equivocado, uma vez que ignorou diversos fatores, como já analisamos, fazendo com que as consequências fossem altas demais para a Argentina. Já o governo britânico foi correto na análise de custos e riscos, pois contou com o status de segunda maior potência militar da época, além do apoio de diversos Estados.

O autor identifica quatro pontos para as tomadas de decisões que podem ser relacionados com a situação. O primeiro diz respeito à preferência e percepção do ambiente externo pelas elites, onde percebemos que Thatcher desejava manter seu governo que se encontrava em crise e por isso contra-atacou na tentativa de ganhar credibilidade em seu país. No caso argentino a percepção foi a partir das preferências políticas, na tentativa de mudar a situação doméstica. O segundo está relacionado à quais preferências e percepções das elites são importantes na formulação de políticas, o que comparando com o governo de Galtieri nos faz perceber que este desejava se tornar um herói em seu país e, desta forma seria possível produzir a manutenção do governo ditatorial. Com a escolha da belicosidade, a Argentina ficou susceptível a diversos riscos como isolamento no sistema internacional e embargos econômicos, o que não afetaria tanto no cenário doméstico, uma vez que o país já sofria com isso há algum tempo. Esse fator pode ser descrito como os riscos políticos internos associados a algumas escolhas de política externa, o terceiro ponto identificado pelo autor. O último ponto analisa quais as variáveis mais prováveis a tirar os riscos das elites nacionais, que no caso aconteceu devido ao apoio da população durante o conflito, que gerava credibilidade e confiança no governo, e desta forma não mantinha por perto o risco do fim da ditadura.

Visto que estabelecemos esses níveis na política da Argentina, podemos dizer que o nível unitário interage com o estrutural produzindo resultados sistêmicos, e através desses quatro pontos é possível medir a coerência do Estado de acordo com outras quatro variáveis descritas também por Schweller (2004), em que analisamos primeiramente a vulnerabilidade de um regime ou governo, que no contexto do conflito pesquisado tanto o regime ditatorial da Argentina quanto o governo conservador da Inglaterra estavam extremamente vulneráveis. No caso da nação latino-americana, a Junta Militar percebeu o quão frágil a ditadura se encontrava e decidiu invadir o arquipélago como forma de fortalecimento, o que resultou no contrário. As outras variáveis são: coesão social e da elite, e também o consenso da elite. Como a população não era a favor do governo estabelecido, a coesão social era contrária à coesão das elites, e esta por sua vez mesmo que desestabilizada almejava o mesmo objetivo de vencer o conflito e manter o governo como consequência. As questões das elites citadas influenciaram diretamente no equilíbrio do país, enquanto a população e a vulnerabilidade do regime afetaram na forma com que a Argentina agiu para tentar alcançar este equilíbrio. Como não houve consenso entre essas questões, a Argentina partiu para a belicosidade que Galtieri julgou ser viável para o contexto interno e externo em que o país se encontrava.

É possível dizer que a crise na ditadura e a pressão da população fizeram com que Galtieri interpretasse de forma incorreta ou até mesmo precipitada as pressões estruturais do sistema internacional, que ocasionou em perdas no ponto de vista dos militares, mas por outro lado em ganhos para a população, já que no ano seguinte ao fim do conflito a democracia foi instaurada na Argentina. Com isso podemos afirmar, de acordo com Scweller (2004), que a política externa de um país pode ser motivada mais pelo ambiente doméstico do que pelo nível sistêmico.

Então, a partir da análise feita percebemos que para o realismo neoclássico existem três variáveis que irão intervir na política do Estado como um todo: a variável independente, a interveniente e a dependente. Baracuhy (2006) explica que a política externa dos Estados pode ser explicada através das posições de poder deste no sistema internacional, o que nos mostra que a variável independente na Argentina era a posição que este país ocupava, sofrendo sanções e crises na sua política externa e também interna, conside-

rando que na época do conflito, os regimes ditatoriais da América Latina vinham perdendo força e credibilidade. Além disso, a falta de créditos para empréstimos internacionais e a falta de acordos comerciais para importações e exportações levava o país a uma crise cada vez maior, e ainda os militares defendiam a ideia de uma inserção internacional ordenada aos interesses das potências do ocidente, ao contrário do governo anterior, que era contra ao alinhamento com os países envolvidos na Guerra Fria.

Já a variável interveniente é definida pelas percepções das elites que influenciam nas questões internas e conseqüentemente afetam nas externas. Verano (2014) complementa esta afirmação dizendo que esta variável pode ser representada principalmente pelo tomador de decisões do país, uma vez que as percepções deste tem importância essencial para o Estado. Foi possível perceber que tanto as escolhas de Galtieri quanto de Thatcher foram determinantes para o futuro de seus respectivos países, tornando possível também a percepção de que a política externa das duas partes foi direcionada de acordo com as necessidades internas de cada país, que nos permite entender o quanto as questões internas podem influenciar na política externa. O ponto crucial dessa variável é a percepção de apoio que Galtieri possuía, pois este contava com a ajuda de outros países durante o conflito, e quando isso não aconteceu, a Argentina se encontrou desamparada frente a um grandioso poderio militar. Outro cálculo feito de forma equivocada foi que, apesar das ilhas se localizarem claramente mais próximas da Argentina do que da Inglaterra, esse não foi um fator que favoreceu os primeiros, já que as bases militares argentinas não possuíam preparo adequado para um conflito de tamanha grandeza, e a Junta Militar também não esperava que a Inglaterra revidasse enviando suas tropas ao Atlântico Sul. Ademais, outra questão importante para a identificação desta variável é que as tomadas de decisões de Galtieri eram moldadas pelas fortes pressões sofridas internamente, que no caso da população foi contida com ameaças e uso da força. É necessário lembrar que o regime agia sem o consentimento populacional, visto que não era um governo democrático.

A variável dependente é a natureza de política externa do Estado, as estratégias que as elites utilizam para alcançar a posição desejada no sistema internacional. Os governantes optaram por entrar em conflito, o que gerou graves conseqüências para uma das partes. O governo militar tomou a decisão de invadir as Ilhas

com a pretensão de legitimar a ditadura que mostrava grande esgotamento devido à constante crise econômica, política e social. O objetivo do governo então era ganhar prestígio interno, através do sentimento de união nacional por algo desejado há tanto tempo pelos argentinos, deixando para trás os problemas domésticos, na tentativa de finalmente unir os militares à população, o que foi alcançado em um primeiro momento, mas desfeito com a derrota na guerra. Se as elites argentinas não tivessem decidido pela belicosidade, talvez a ditadura resistisse por algum tempo a mais.

Um dos principais objetivos da teoria é mostrar que existem decorrências quando se deixa que as questões internas influenciem demasiadamente na política externa. Além disso, há grandes chances de se obter resultados ruins ao ignorar as restrições sistêmicas, pois o sistema internacional gera punições para aqueles que agem desta forma.

Considerações finais

Primeiramente é necessário esclarecer que esta pesquisa foi feita de forma a analisar como as variáveis domésticas da Argentina influenciaram na política externa deste país antes e durante o conflito, e conseqüentemente o que fez com que o tomador de decisões optasse pela belicosidade. Contudo, o conflito aconteceu no ano de 1982, como já vimos, mas a teoria realista neoclássica nasceu somente na década de 1990, ou seja, não seria possível afirmar que os governantes poderiam recorrer às premissas da teoria para fazer uma prospecção de cenários para talvez evitar a guerra.

Podemos concluir que as variáveis domésticas da Argentina, tanto as independentes quanto as intervenientes e dependentes, desempenharam um papel essencial na decisão de Galtieri em entrar em conflito com os britânicos na tentativa de conquistar a soberania das Malvinas, e conseqüentemente a manutenção do governo ditatorial pelo prestígio com a população do país. Tal influência pôde ser percebida também na Inglaterra, já que Thatcher viu no conflito uma possibilidade de reeleger seu governo, e foi apoiada pela população e também pela oposição em seu contra-ataque. As variáveis internas da Argentina pressionaram o líder de Estado a tomar a decisão belicosa com a esperança de adquirir prestígio e credibilidade calculando de forma equivocada os custos e riscos desse ato e ignorando as pressões sistêmicas. Entretanto, no caso

das instituições, foi possível perceber que as internacionais interviram mais do que as nacionais, ao contrário do que afirmam os realistas neoclássicos. Além disso, considerando todos os fatores analisados, podemos afirmar que mais do que a soberania das Ilhas Malvinas, os dois países envolvidos buscavam satisfazer seus interesses políticos para manutenção de seus respectivos governos.

Referências

CABRAL, Antonio; MARTINEZ, Hugo; WILSON, Marcos; GODOY, Roberto. **Guerra santa nas Malvinas**: história de uma derrota. São Paulo, 1983.

CAMARGO, Felipe Rodrigues de. **A disputa pela soberania das ilhas Falklands/Malvinas**. Revista de Geopolítica, v. 5, n° 2, p 67 – 78, julho a dezembro de 2014.

CÁNEPA, Francisco Pertierra. **Análisis del proceso Malvinas**: perspectiva histórica, poder y política. Universidad del CEMA, 2003.

CASAS, Pedro. **Malvinas**: retorna a tensão entre Argentina e Reino Unido. Revista Conjuntura Internacional, junho de 2010.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. **História general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Argentina, 2000. Disponível em <<http://www.argentina-rree.com/historia.htm>>. Acesso em: 14 de maio de 2017

FALKLANDS ISLANDS GOVERNMENT. Disponível em <<http://www.falklands.gov.fk/>>. Acesso em: 21 de agosto de 2016.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, **The crisis erupt**. Outubro de 2001. Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/history/2001/ch08.pdf>>. Acesso em: 22 de outubro de 2016.

JUNEAU, Thomas. **Power, perceptions, identity and factional politics**. A neoclassical realist analysis of Iranian foreign policy, 2001-2007. Ottawa, Ontario. Maio de 2009.

LARABURU, Paulo. A contribuição do realismo neoclássico para a compreensão do comportamento decisório de Obama na crise da Síria. Mundorama, **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, fevereiro de 2014. Disponível em <<http://www.mundorama.net/?p=13672>>. Acesso em: 17 de outubro de 2016.

MARCHESE, Miguel Angel. A guerra das Malvinas: o planejamento argentino e o emprego da frota do mar sob o ponto de vista da estratégia operacional. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.18, n° 1, p. 79-112, janeiro a junho de 2012.

NETO, Tomaz Espósito. **A política externa brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NOVARO, Marcus. PALERMO; Vicente. **A ditadura militar argentina 1976 – 1983**: do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo, 2007.

ONEA, Tudor. **Putting the 'Classical' in Neoclassical Realism:** neoclassical realist theories and US expansion in the post-Cold War. *International Relations*, p. 139-164, 2012.

PASSOS, José Meirelles. **A noite dos generais:** os bastidores do terror militar na Argentina. Editora Brasiliense, 1986.

RATHBUN, Brian. **A rose by any other name:** neoclassical realism the logical and necessary extension of structural realism. *Security Studies*, v.17, p. 294-321, junho de 2008.

ROSE, Gideon. **Neoclassical realism and theories of foreign policy.** *World politics*, v. 51, nº 1, p. 144-172, outubro de 1998.

SCHWELLER, Randall L. **Unanswered threats:** a neoclassical realist theory of underbalancing. *International Security*, v.29, nº 2, p. 159 – 201, 2004.

TALIAFERRO, Jeffrey W. **State building for future wars:** neoclassical realism and the resource-extractive estate. *Global Review*, p. 128 – 165, 2007.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo; ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. América do Sul: o papel dos conflitos na perspectiva de integração do continente. **Horizonte Científico**, v.5, nº 2, dezembro de 2011. Disponível em <file:///C:/Users/822840/Downloads/4372-50677-1-PB.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2016.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri; HENTZ, Luiz Antonio Soares. **Islas Malvinas versus Falklands Islands:** O arquipélago da discórdia. *Revista de informação legislativa*. Ano 50, v. 198, abril a junho de 2013, p 189 - 209.

VERANO, Pedro Henrique. **A intervenção francesa no Prata e seus (não) impactos nos círculos formadores do pensamento de política externa no Brasil Império.** 3º Seminário de Pós-Graduação da Associação Brasileira de Relações Internacionais, agosto de 2014.

Recebido em: 09/03/2017

Aprovado em: 07/04/2017